

POLÍTICA MINERAL/CONSTITUINTE

amc p. 14

20 NOV 1987

Empresários tentarão reverter restrições ao capital externo

por Ana Lúcia Magalhães
do Rio

Os empresários do setor de mineração vão tentar modificar alguns dos dispositivos constitucionais relativos à área e que foram aprovados pela Comissão de Sistematização da Constituinte. Eles temem, acima de tudo, um repatriamento de capitais estrangeiros, que pode chegar a US\$ 744 milhões (valor registrado no Banco Central), segundo João Sérgio Marinho Nunes, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Marinho Nunes disse que até a data da votação em plenário os empresários tentarão convencer a maioria dos constituintes a reverter os dispositivos tributários da limitação à participação majoritária estrangeira em empreendimentos minerais, limitação do tempo de lavra e posse do bem mineral pela União.

A Comissão de Sistematização aprovou projeto pelo qual o setor mineral passa a ser tributado pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e não mais pelo Imposto Único sobre

Minerais (IUM). O presidente do Ibram acha que isso é ruim, pois em muitos estados o IUM reverte para a pesquisa mineral, "enquanto o ICM cairá em uma vala comum".

RESERVA DE MERCADO

Na opinião de Marinho Nunes, a proibição de participação majoritária do capital estrangeiro representa uma nova reserva de mercado. "A grande dificuldade será encontrar parceiros nacionais que queiram e possam bancar os riscos da atividade mineral. Além disso, se o estrangeiro sente que não é bem-vindo deverá sair do País. Mas, tenho esperança de que o plenário da Constituinte mude isso, pois, caso contrário, não estará ajudando o País", comentou.

Dados fornecidos pelo

presidente do Ibram mostram que, atualmente, o capital estrangeiro participa em 37% do setor mineral, sem contar o petróleo. Incluindo-o, essa participação cai para 15%.

Marinho Nunes disse que, de acordo com o BNDES, a mineração brasileira precisa crescer de 8 a 10%. "Com as medidas restritivas aprovadas, isso será impossível e passaremos a necessitar mais de minério importado", alertou.

O presidente do Ibram também observou que se o capital estrangeiro não for atraído e o nacional ficar cerceado por causa da limitação do tempo de lavra, ninguém vai querer investir em mineração. Segundo Marinho Nunes, isso gerará desemprego e estatização do setor.